

LISTA DE QUESTÕES

1. CEBRASPE (CESPE) - TCE-RO/2019 A respeito de consórcios públicos, assinale a opção correta.

- a) Os consórcios públicos, salvo os de personalidade jurídica de direito privado, deverão observar as normas de direito público no que se refere a licitação, celebração de contratos, admissão de pessoal e prestação de contas.
- b) Os consórcios públicos adquirem personalidade jurídica de direito privado apenas com a entrada em vigor das leis de ratificação do protocolo de intenções.
- c) Os entes da Federação consorciados respondem solidariamente pelas obrigações do consórcio público.
- d) Os entes consorciados somente entregam recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio.
- e) O consórcio público poderá ser contratado por ente consorciado — ou por entidade que integre a administração indireta deste —, sendo, nesse caso, inexigível a licitação.

2. FGV - IBGE/ 2017) Os consórcios públicos são parcerias formadas por dois ou mais entes da Federação para a gestão associada de serviços públicos. O contrato de rateio é o instrumento pelo qual os entes da Federação consorciados comprometem-se a transferir recursos para a realização das despesas do consórcio público.

Considere os seguintes recursos:

- I. tarifas e outros preços públicos;
- II. recursos oriundos de operações de crédito;
- III. bens móveis ou imóveis recebidos em doação;
- IV. recursos financeiros transferidos pelos entes consorciados;
- V. subvenções econômicas de órgãos do governo não consorciados.

De acordo com as disposições do MCASP, constituem recursos dos consórcios públicos somente:

- a) I, II e III;
- b) I, IV e V;
- c) I, III, IV e V;
- d) II, III e V;
- e) III, IV e V.

3. UFMT - Pref Rondonópolis/2016) Conforme Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o Consórcio Público, adquirindo a sua personalidade jurídica, também poderá

- a) honrar dívida de outro ente, em razão de garantia prestada condicionada à transferência constitucional.
- b) firmar convênios, receber transferências constitucionais e apenas subvenções econômicas de outras entidades e órgãos.
- c) executar atividades de arrecadação de taxas, serviços e de demais preços públicos.
- d) outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos mediante autorização prevista no contrato de consórcio público.

4. FCAPE - AEVSF/2012) A Secretaria do Tesouro Nacional - STN estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, na conformidade dos pressupostos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesta norma a STN considera que contrato de rateio é:

- a) Instrumento não legislativo elaborado pelos entes públicos interessados que dispõe sobre a previsão de receitas e despesas necessárias à consecução dos fins do consórcio público;
- b) Instrumento por meio do qual os entes da Federação consorciados comprometem-se a transferir recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público, consignados em suas respectivas leis orçamentárias anuais;
- c) A união de duas ou mais sociedades para a consecução de obras ou empreitadas públicas, onde cada parte interessada responde pela subscrição orçamentária, sem a presunção de responsabilidade solidária entre as partes;
- d) Instrumento pelo qual as empresas consorciadas dão transparência à sociedade sobre as regras de participação nas receitas, custos e despesas do empreendimento instrumento do consórcio.
- e) Contrato pelo qual cada consorciado atuará na função pública, devendo consignar junto ao ente vinculado as respectivas participações em sua lei orçamentária anual ou em créditos adicionais, por meio de programações específicas, dotações suficientes para suportar as despesas com transferências ao consórcio público.

5. IESES - TJ SC/2019) O consórcio público:

- a) Pode ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, mediante licitação.
- b) Tem personalidade jurídica de direito público.
- c) Integra a administração direta de todos os entes federados participantes do consórcio público.
- d) Pode possuir personalidade jurídica de direito público ou de direito privado.

6. FUNDATEC - Pref Salto do Jacuí/2019) Em relação aos consórcios públicos, analise as seguintes afirmações:

- I. Possuem caráter contratual.
- II. A União não pode integrá-los.
- III. É necessária autorização legislativa para que o Executivo os celebre.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas I e III.

7. QUADRIX - CREFONO 9/2019) Quanto à administração direta e indireta, à estruturação e às características das entidades e dos órgãos públicos, julgue o item.

O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

Certo
Errado

8. Metro Capital - Pref Nova Odessa/2019) Considere os itens abaixo, relativos a consórcios públicos e a seguir assinale a alternativa correta.

- I - Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público, de acordo com o tamanho de sua participação.
- II - Os consórcios públicos passam a ter personalidade jurídica de direito privado somente com a vigência da legislação de ratificação do protocolo de intenções.
- III- Os municípios consorciados apenas efetuam a entrega de recursos financeiros ao consórcio público por meio de contrato de rateio.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Apenas os itens II e III estão corretos.

9. CEBRASPE (CESPE) - Pref João Pessoa/2018 No tocante às organizações da sociedade civil de interesse público e aos consórcios públicos, julgue o item subsequente.

O consórcio formado por entes públicos pode assumir a forma de pessoa jurídica de direito privado.

Certo
Errado

10. CEBRASPE (CESPE) - Pref Manaus/2018 Acerca dos instrumentos jurídicos que podem ser celebrados pela administração pública para a realização de serviços públicos, julgue o item a seguir.

A União poderá celebrar convênio com consórcio público constituído por municípios para viabilizar a descentralização e a prestação de políticas públicas em escalas adequadas na área da educação fundamental.

Certo
Errado

11. FGV - Pref Niterói/2018 Com relação aos consórcios públicos, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito público.
- () Os consórcios públicos poderão emitir documentos de cobrança, porém não podem arrecadar tarifas por prestação de serviços.
- () O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções.

Assinale a opção que indica a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- a) V – V – F.
- b) F – F – V.
- c) F – V – F.
- d) V – F – V.
- e) F – V – V.

12. VUNESP - ARSESP/2018 A respeito dos consórcios públicos, a Lei nº 11.107/2005 estabelece que

- a) os consórcios podem ser contratados pelos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.
- b) os consórcios não poderão receber auxílios e subvenções de outros órgãos do governo.
- c) os consórcios constituídos sob forma de associação pública não podem promover desapropriações.
- d) é vedada a constituição de consórcios públicos na área da saúde.
- e) é vedada à União participar de consórcios públicos

13. VUNESP - ARSESP/2018 No tocante à responsabilidade, o Decreto Federal nº 6.017/2007, que disciplina os consórcios públicos, dispõe que

- a) os entes da Federação consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público.
- b) os consórcios e os entes federados consorciados respondem solidariamente pelas obrigações do consórcio público.
- c) em nenhuma hipótese, os dirigentes do consórcio público responderão pelas obrigações por ele contraídas.
- d) os entes federados consorciados não poderão responder pelas obrigações assumidas pelo consórcio público.
- e) os consórcios não podem ser responsabilizados pelas obrigações assumidas, mas somente os entes federados consorciados.

14. COSEAC UFF - Pref Maricá/2018 Os consórcios públicos são parcerias formadas por dois ou mais entes da Federação para a gestão associada de serviços públicos, conforme o artigo 241 da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 11.107/2005 e pelo Decreto nº 6.017/2007.

Com relação aos aspectos contábeis dos consórcios públicos, é correto afirmar:

- a) os bens móveis ou imóveis recebidos em doação não configuram recursos de consórcios públicos.
- b) cada ente da Federação consorciado consignará em sua lei de diretrizes orçamentárias (LDO), por meio de programações específicas, dotações suficientes para suportar as despesas com transferências a consórcio público.
- c) no consórcio público, os recursos recebidos deverão ser classificados como despesa orçamentária vinculada.
- d) a critério do gestor do programa, é permitida a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.
- e) o contrato de rateio é o instrumento pelo qual os entes da Federação consorciados comprometem-se a transferir recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público, consignados em suas respectivas leis orçamentárias anuais (LOA)

GABARITO

- | | | |
|------|----------|------|
| 1. D | 6. E | 11.B |
| 2. C | 7. CERTO | 12.A |
| 3. D | 8. C | 13.A |
| 4. B | 9. CERTO | 14.E |
| 5. D | 10.CERTO | |